

# NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 23/Mar



[cntv@cntv.org.br](mailto:cntv@cntv.org.br) | (61) 3321-6143 | [www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br) | Edição 2937/2023



DISTRITO FEDERAL

**PLANTÃO OLHO VIVO**

SINDICATO DOS VIGILANTES DO DF

Março/2023

SINDESY-DF  
Filiado:  
CUT  
DIEESE



## VITÓRIA DA CAMPANHA SALARIAL 2023

# TODAS AS CLÁUSULAS MANTIDAS E REAJUSTE DE 5,85% NO SALÁRIO E DEMAIS CLÁUSULAS ECONÔMICAS

Às 14 horas desta quarta, 22 de março/2023, teve início a audiência agendada pelo Tribunal Regional do Trabalho para encerramento das negociações de conciliação. Depois desta fase, a alternativa era, ou greve, ou Dissídio Coletivo, ou as duas coisas para alcançarmos algum avanço.

O presidente do Sindicato Patronal e seus advogados chegaram às 14h em ponto e já vieram com proposta: estavam abrindo mão de mexer nas cláusulas intocáveis, mas queriam negociar pelo IPCA, com índice de 5,79%. Não aceitamos e cobramos o reajuste pelo INPC, que é de 5,93%, e o embate durou algum tempo em que as partes não chegavam a um acordo. Então, o presidente do TRT 10 apresentou uma proposta intermediária de reajuste de

5,85%, chegando a um consenso entre as partes depois de muita negociação.

O pagamento do retroativo demorou para ter um consenso entre os Sindicatos Laboral e Patronal. De início, os patrões queriam pagar a partir de julho, chegando quase ao final do ano. Não aceitamos e após muita negociação, chegamos à seguinte proposta: pagamento do retroativo dos meses de janeiro, fevereiro e março de uma única vez na competência do mês de julho e que será pago no quinto dia útil de agosto.

Como já estamos quase ao final do mês de março, o reajuste de 5,85% será aplicado a partir do salário de abril com pagamento no quinto dia útil de maio.



## DISSÍDIO COLETIVO PODERIA NOS FAVORECER OU TRAZER PREJUÍZO: UMA FACA DE DOIS GUMES

Aceitamos a proposta do presidente do TRT 10, Desembargador Alexandre Nery de Oliveira, pois o Dissídio Coletivo é sempre uma interrogação. Depende muito de quem julga, poderíamos ganhar mais ou perder muito.

Considerando muitas questões que estão em jogo, como o tíquete, o retroativo, que poderíamos perder, pois a CCT anterior vencida em 31/12/2022, só foi estendida por mais trinta dias e já estava vencida desde o início de março. Analisando que o Dissídio poderia se estender por todo este semestre e quem sabe até no outro, achamos por bem não arriscar e garantir todos os nossos direitos e conquistas.

## PLANO DE SAÚDE

Apenas o plano de saúde ficou de fora do reajuste. O Sindicato Patronal alegou que teria grande dificuldade de mexer em contratos e lembrou que, na campanha salarial 2022, os vigilantes tiveram reajuste no plano de saúde no início do ano e o mesmo foi reajustado apenas no final do ano. E assim será em 2023 com reajuste somente no final deste ano.

## VEJA A NOVA TABELA SALARIAL

SINDESY-DF		TABELA SALARIAL 2023				
CATEGORIA	SALÁRIO	RISCO DE VIDA	ADICIONAL NOTURNO	HORA EXTRA DIURNA	HORA EXTRA NOTURNA	SALÁRIO + RISCO
VIGILANTE	R\$ 2.593,73	R\$ 778,12	R\$ 367,92	R\$ 22,99	R\$ 25,49	R\$ 3.371,85
VIGILANTE BANCO DO BRASIL	R\$ 3.474,68	R\$ 1.042,40	R\$ 492,84	R\$ 30,80	R\$ 34,16	R\$ 4.517,09
FISCAL, SUPERVISOR BANCO DO BRASIL	R\$ 4.169,61	R\$ 1.250,88	R\$ 591,36	R\$ 36,95	R\$ 40,99	R\$ 5.420,49
VIGILANTE BANCO CENTRAL	R\$ 5.062,92	R\$ 1.518,87	R\$ 718,08	R\$ 44,87	R\$ 49,77	R\$ 6.581,79
SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA	R\$ 4.528,08	R\$ 1.358,42	R\$ 642,24	R\$ 40,13	R\$ 44,51	R\$ 5.886,50
FISCAL, SUPERVISOR, ENCARREGADO E ASSEMELHADOS	R\$ 3.111,12	R\$ 933,33	R\$ 441,24	R\$ 27,57	R\$ 30,58	R\$ 4.044,45
VIGILANTE MOTORIZADO	R\$ 2.853,08	R\$ 855,92	R\$ 404,64	R\$ 25,28	R\$ 28,04	R\$ 3.709,00
SEGURANÇA DE EVENTOS	R\$ 142,59	R\$ 42,77				R\$ 185,36
TÍQUETE REFEIÇÃO	R\$ 45,12					

# SÓ A LUTA GARANTE MELHORIAS!



Na última semana, Sindicato dos Vigilantes de Niterói e Regiões (SVNIT) denunciou as condições desumanas de trabalho dos vigilantes nos postos de serviço da empresa Graber nos postos de combustíveis Extra desativado em São Gonçalo. E, depois da ação realizada pela direção do sindicato SVNIT, a empresa decidiu melhorar as condições dos trabalhadores que prestam serviços no local.

Na ocasião, os trabalhadores estavam em condições precárias. O local não tinha banheiro, água e iluminação, além de ter sido tomado pelo mato. Após a denúncia, uma limpeza foi realizada, com serviço de roçada no mato. A energia elétrica também foi restabelecida. No entanto, o banheiro ainda precisa de melhorias, e os vigilantes seguem sem água.

Represália - O SVNIT tomou conhecimento de que o vigilante que permitiu a entrada dos dirigentes sindicais foi afastado. “Continuamos cobrando respeito da empresa e do contratante com os trabalhadores. Tomamos conhecimento de que o Vigilante que se encontrava no dia da visita foi deposto. No nosso entendimento,

trata-se de represália. Em nenhum momento, o vigilante denunciou as irregularidades”, disse o presidente do SVNIT Cláudio Vigilante.

O sindicato está estudando medidas contra a empresa. “Estamos a possibilidade de acionar judicialmente a empresa por punir um trabalhador sem a menor justificativa legal. Ainda que ele tivesse denunciado, a punição não seria aceitável, porque ele estaria lutando pelos próprios direitos. Seguimos na defesa do trabalhador”, concluiu Cláudio.

FONTE: SVNIT



# Deputado Chico Vigilante conversa com o governador sobre situação dos terceirizados



**O deputado distrital Chico Vigilante (PT) participou esta tarde (22), ao lado da presidente do Sindicato dos Trabalhadores Terceirizados do DF (Sindiserviços), dona Isabel Reis, e do advogado do sindicato, dr. Gilmar Moreno, bem como trabalhadores e trabalhadoras terceirizados do Distrito Federal,**

de uma audiência solicitada por ele com o governador Ibaneis Rocha para conversar sobre a situação dos profissionais desta categoria que atuam em empresas com contratos na Secretaria de Saúde, em especial o pessoal da BRA – cujo contrato de terceirização foi encerrado há poucos meses. Essas pessoas estão sem receber os valores a que têm direito pela quitação com a empresa, após o fim do contrato.

O governador Ibaneis chamou para a audiência o secretário de Planejamento, Nei Ferraz, e também ligou para a secretária de Saúde, dra. Lucilene Queiroz, para falar a respeito do caso. “Relatamos a realidade destes

trabalhadores e as dificuldades pelas quais eles estão passando e o governante do DF determinou ao secretário repasse de recursos para o fundo de Saúde, de forma que possa sair a quitação desses trabalhadores o quanto antes”, contou o deputado.

De acordo com Chico Vigilante, o governador disse ainda que vai acompanhar de perto a questão e que, na próxima semana, o problema estará resolvido. “Saí de lá com a certeza de que conseguiremos a quitação dos valores que todos têm a receber. Continuarei checando e me comprometendo na resolução desta demanda da categoria até que tudo seja resolvido”, enfatizou.

**Acompanhe as redes do mandato mais atuante do DF:**

***[facebook.com/chicovigilanteoficial](https://www.facebook.com/chicovigilanteoficial)***

***[Instagram.com/chicovigilanteoficial](https://www.instagram.com/chicovigilanteoficial)***

***[Twitter.com/Chico\\_vigilante](https://twitter.com/Chico_vigilante)***

# Deputado parabeniza vigilantes por vitória com homologação da convenção coletiva



O deputado distrital Chico Vigilante (PT) aproveitou a sessão ordinária desta quarta-feira (22) para parabenizar os vigilantes do Distrito Federal e a força de mobilização desses trabalhadores que conseguiram, depois de uma luta que vinham travando desde setembro passado, a homologação da convenção coletiva da categoria.

“Estamos no mês de março e vínhamos travando uma luta desde setembro passado para assinatura da convenção coletiva de trabalho dos vigilantes no DF. Nós pedimos a intermediação, depois da realização de dezenas de assembleias dos trabalhadores desta categoria, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT 10). Hoje, finalmente, tivemos mais uma audiência no TRT com a presença da diretoria do sindicato dos vigilantes, capitaneada pelo presidente Paulo Quadros, e representantes do sindicato patronal e posso dizer que saímos vitoriosos”, contou o deputado.

Atuação – Vigilante destacou que o presidente do TRT, desembargador Alexandre Nery, teve uma atuação exemplar ao longo de todo esse processo e fez uma proposta que foi aceita pelas partes. O que permitiu a homologação do acordo coletivo dos vigilantes, garantindo todas as cláusulas existentes na convenção coletiva atual e com reajuste de 5,86% nas causas econômicas.

“Quero reconhecer aqui o papel fundamental que teve o dr. Alexandre Nery e também o dr. Adelio Justino que é procurador regional do Trabalho no DF. E homenagear, principalmente, os vigilantes do Distrito Federal por esta importante vitória”, frisou o parlamentar.

Acompanhe as redes do mandato mais atuante do DF:

**Acompanhe as redes do mandato mais atuante do DF:**

**[facebook.com/chicovigilanteoficial](https://www.facebook.com/chicovigilanteoficial)**

**[Instagram.com/chicovigilanteoficial](https://www.instagram.com/chicovigilanteoficial)**

**[Twitter.com/Chico\\_vigilante](https://twitter.com/Chico_vigilante)**

# Notícias do TST passam a ser enviadas por comunidade do WhatsApp

## O serviço substitui a lista de transmissão



Comunidade do TST no  
**WHATSAPP**

Participe e fique por dentro das notícias mais importantes da **Justiça do Trabalho**

Aponte a câmera do seu celular ou clique aqui e adicione em seus contatos o número (61) 99921-2242

Banner da Comunidade TST no WhatsApp, com QR code para acessá-la

O Tribunal Superior do Trabalho conta com um novo canal para o público que deseja ficar por dentro das notícias do TST e das informações mais relevantes da Justiça do Trabalho: a Comunidade do TST no WhatsApp. O recurso, ativo desde 10/3, substitui a lista de transmissão, serviço que enviava notícias para usuários cadastrados e foi desativado.

O recurso Comunidades foi lançado pelo WhatsApp no Brasil em 26 de janeiro. O TST aderiu à nova solução porque as diretrizes de segurança do aplicativo impedem e bloqueiam o envio de mensagens em massa. A ferramenta também assegura ao usuário a liberdade de ingressar e sair do grupo a qualquer tempo.

### Como participar

O primeiro passo é adicionar o número (61) 99921-2242 na lista de contatos. Ele é utilizado pelo TST exclusivamente para o envio de notícias. Uma vez inserido o contato, clique

neste link, que direciona para a comunidade.

As pessoas que estavam cadastradas na lista de transmissão e desejarem continuar recebendo as notícias também devem entrar na Comunidade. Quem enfrentar dificuldades pode enviar mensagem para o próprio número.

### Notícias diárias

Quem fizer parte da comunidade receberá diariamente as notícias publicadas no Portal do TST na internet, além de avisos e informes sobre as atividades da Corte e outros temas relevantes sobre a Justiça Trabalhista.

A comunidade é aberta ao público geral, mas apenas os administradores do grupo podem enviar mensagens.

Fonte: TST

# CUT debate marco regulatório de direitos humanos para empresas

**Evento realizado em Brasília em conjunto com outras entidades discutiu projeto de lei que propõe criação de uma regulamentação e políticas públicas para coibir violação de direitos humanos por empresas**

ASSESSORIA/SILVIO DE ALMEIDA



A CUT, em conjunto com outras organizações da sociedade civil, realizou o seminário “Direitos Humanos e Empresas, o Brasil na Frente”, que discutiu, entre os dias 14 e 16 de março, em Brasília, um projeto de lei que propõe a regulamentação e criação de políticas públicas para coibir violação de direitos humanos por empresas.

O Projeto de Lei nº 572/2022, já em tramitação no Congresso Nacional, prevê a criação de um marco nacional para regulamentar os impactos das empresas sobre os direitos humanos de trabalhadores, povos, comunidades e territórios.

O seminário foi organizado pela CUT em parceria com a Amigos da Terra Brasil, FES, Homa – Centro de Direitos Humanos e Empresas, MAB e Oxfam Brasil e teve a participação, além de especialistas, de movimentos sociais e parlamentares.

A abertura, no dia 14, contou com a presença do ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida. Ele afirmou que a pasta criará um grupo de trabalho com os ministérios da área econômica para estabelecer a inclusão do tema a política de direitos humanos e empresas na Política Nacional de Direitos Humanos.

“Nossa luta é para que a questão seja uma política do Estado a ser disseminada por toda a atividade econômica e empresarial brasileira”, disse o ministro. Segundo ele, será anunciada em breve uma coordenação específica para tratar o assunto ‘direitos humanos e empresas’ cuja função será de articular a atuação do ministério no tema.

Durante os três dias, o seminário debateu violações aos direitos humanos já documentadas e as experiências acumuladas com a legislação brasileira em relação aos direitos humanos, além de dos avanços em outros países.

A programação do seminário incluiu ainda uma audiência pública na Câmara dos Deputados sobre a relevância do projeto de lei para o país, com a presença de vários deputados, dentre eles Helder Salomão, Pastor Henrique Vieira, Reginete Bispo, Padre Luís Couto, que apresentaram o seu apoio para a tramitação e aprovação nessa nova legislatura.

### **Direitos humanos e direitos trabalhistas**

Ao destacar a importância do seminário, a secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos da CUT, Jandyra Uheara, traçou um paralelo entre direitos humanos e direitos trabalhistas explicando a relação entre os dois e que estão diretamente ligados com os demais direitos, com os direitos sociais.

“O trabalhador tem sua vivência em uma determinada comunidade, em um determinado território e sofre com os impactos das violações de direitos ambientais, culturais, à saúde e a educação, por exemplo. Por isso não podemos olhar a classe trabalhadora se limitando aos direitos trabalhistas”, ela diz.

Ou seja, para que o trabalhador tenha bem-estar social, esses direitos, bem como direito à moradia, a segurança, entre outros, são fundamentais. E esse foi um dos pontos de partida das discussões sobre o Marco Direitos Humanos e Empresas.

“Um marco regulatório é fundamental porque coloca os trabalhadores em lugar de direito na correlação de forças – na luta contra as violações que o capital [empresas] impõe”, explica a dirigente.

Os casos de violações são inúmeros. Um deles, citado no material explicativo sobre o PL, relembra o caso da Braskem em Maceió (AL), A retirada descontrolada do mineral sal-gema ocasionou o desmoronamento do solo de cinco bairros inteiros da capital alagoana, fazendo com que pessoas deixassem suas casas, e isolando outras.

Outros casos emblemáticos que exemplificam a violação de direitos humanos são os rompimentos das barragens de detritos da Vale em Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, que deixaram um rastro de destruição em morte na região.

### **Internacional**

O seminário ainda abordou a questão dos direitos humanos em outros países que, assim como no Brasil, trabalhadores e comunidades também têm direitos humanos violados pela ação de transnacionais.

“Essas empresas atuam no mundo todo, mas especialmente na América Latina e Caribe, portanto, temos que discutir e ampliar as articulações para que tenhamos posições e marcos semelhantes em todos os países”, afirmou Jandyra se referindo a similaridades dos problemas enfrentados pela classe trabalhadora no continente americano.

O ministro Silvio Almeida também destacou ainda a importância das experiências internacionais trazidas ao debate no seminário. ““Estamos fazendo levantamento de todas as iniciativas que levem em conta as experiências internacionais, e também o que temos no âmbito nacional, para que possamos contribuir”, disse.

### **Foto: Assessoria de Sílvio Almeida**

Fonte: André Accarini | Editado por: Marize Muniz – CUT Brasil

# CJF libera pagamento de R\$ 1,6 bilhões a aposentados e pensionistas



Conselho da Justiça Federal liberou o pagamento a mais de 144 mil beneficiários

O Conselho da Justiça Federal liberou aos Tribunais Regionais Federais os limites para o pagamento de requisições de pequeno valor (RPVs) autuadas em fevereiro deste ano, totalizando 117.914 processos, com 144.984 beneficiários. A soma atinge o valor de R\$ 1.682.854.041,59.

Conselho da Justiça Federal liberou o pagamento a mais de 144 mil beneficiários

Desse total, R\$ 1.370.047.938,89 correspondem a matérias previdenciárias e assistenciais, a exemplo de revisões de aposentadorias, auxílios-doença, pensões e outros benefícios, que somam 66.480 processos, com 84.533 beneficiários.

O conselho esclareceu que cabe aos TRFs, segundo cronogramas próprios, o depósito dos recursos financeiros liberados. Quanto ao dia em que o dinheiro será efetivamente liberado

para saque, essa informação deve ser buscada na consulta de RPVs disponível no portal do Tribunal Regional Federal responsável pelo pagamento.

## **RPVs em cada região da Justiça Federal:**

**TRF da 1ª Região** (DF, MG, GO, TO, MT, BA, PI, MA, PA, AM, AC, RR, RO e AP)

- Geral: R\$ 621.407.747,68;
- Previdenciárias/assistenciais: R\$ 509.554.472,36 (25.520 processos, com 29.460 beneficiários);

## **TRF da 2ª Região** (RJ e ES)

- Geral: R\$ 142.435.630,15;
- Previdenciárias/assistenciais: R\$ 117.856.687,53 (5.521 processos, com 7.386 beneficiários).

## **TRF da 3ª Região** (SP e MS)

- Geral: R\$ 306.256.082,82 ;
- Previdenciárias/assistenciais: R\$ 224.198.720,43 (7.758 processos, com 9.528 beneficiários).

## **TRF da 4ª Região** (RS, PR e SC)

- Geral: R\$ 399.531.034,27;
- Previdenciárias/assistenciais: R\$ 345.284.107,65 (18.372 processos, com 23.746 beneficiários).

## **TRF da 5ª Região** (PE, CE, AL, SE, RN e PB)

- Geral: R\$ 213.223.546,67;
- Previdenciárias/assistenciais: R\$ 173.153.950,92 (9.309 processos, com 14.413 beneficiários). Com informações da assessoria de imprensa do Conselho da Justiça Federal.

Fonte: Revista Consultor Jurídico

# Governo Lula irá incentivar polícias nos estados a implementar câmeras corporais

**A medida é vista como um caso de sucesso na redução da brutalidade policial**



A administração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) irá aumentar a alocação de recursos federais para a Segurança Pública nos estados e municípios que implementarem o uso de câmeras corporais nas polícias militares e guardas civis. Quanto às forças policiais da União, o governo federal obrigará o uso do equipamento em agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Força Nacional de Segurança Pública e Polícia Penal Federal.

“As câmeras nos uniformes devem se tornar, segundo o governo federal, um ‘eixo estruturante’ da gestão de Lula na Segurança Pública. A administração petista pretende estabelecer uma marca na área e combater a

imagem de que o partido daria pouca atenção ao combate ao crime”, diz a reportagem do Estadão, que destaca o fato de que o projeto foi criado em São Paulo durante a gestão do governador João Dória, então no PSDB.

O secretário de Acesso à Justiça, Marivaldo Pereira, disse ao jornal paulistano que o exemplo do estado é usado como modelo e que a pasta está negociando um suporte do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para alavancar a medida nos estados e injetar recursos, além do Fundo Nacional de Segurança Pública (FUSP).

Fonte: 247

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF